

FINANÇAS ■ TRABALHADORES FORAM PROMOVIDOS SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL

Função Pública devolve prémios

Inspeção detectou 212,9 mil euros pagos em prémios de desempenho e promoções a cerca de 450 funcionários públicos sem fundamento legal

● PEDRO H. GONÇALVES

Cerca de 450 funcionários públicos receberam prémios de desempenho ou foram promovidos sem justificação pelos serviços da Administração Central. A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) detectou a irregularidade e deu ordem para serem canceladas as promoções e os prémios num total de 212,9 mil euros.

Os dados constam da auditoria feita pela IGF à gestão de recursos humanos da Administração Pública, que aponta para "sete entidades" em que houve aumentos para 449 funcionários em 2010 na forma de promoções ou prémios de desempenho, "sem fundamento bastante", uma vez que faltou a autorização do membro do Governo que tutelava a área, como escreve a IGF. Os actos foram anulados e os funcionários tiveram de repor os 212,9 mil euros que tinham indevidamente recebido. Houve 327 funcionários que tinham mudado de posição remuneratória e 122

a quem tinham sido atribuídos prémios de desempenho "ilegais". Um instituto do Ministério da Agricultura, apesar de ter quotas de cinco por cento para cumprir, conseguiu dar nota "excelente" a 84 por cento dos seus dirigentes.

Promoções que contrastam com casos em que funcionários não foram avaliados pois "não foram encontradas as fichas de avaliação" do SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (ver Pormenores). ■

Um instituto deu nota 'excelente' a 84 por cento das chefias



Finanças detectaram várias irregularidades



Pessoal de limpeza penalizado

✚ PORMENORES

SIADAP
O SIADAP foi criado em 2008 para instituir um regime de avaliação de desempenho dos funcionários públicos em que se ganha pontos para subir de posição remuneratória.

SUBSÍDIOS
As Finanças mostram-se contra a atribuição do subsídio de risco a trabalhadores da Direcção-Geral do Ministério da Justiça, para além dos guardas prisionais ou inspectores.

VERBA
Um instituto do Ministério da Agricultura tem 532 mil euros gastos que o próprio serviço, quando questionado, admite "desconhecer".

CONCURSOS
Os procedimentos concursais têm cometido várias irregularidades, como inexistência de critérios de selecção ou alteração de júri sem fundamento.

Falsos recibos no Estado

● O Estado, que tem lançado uma campanha contra a precariedade laboral e os falsos recibos verdes, comete esta mesma ilegalidade na Administração Pública.

Segundo a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), repetem-se os casos detectados de falsos recibos verdes, recurso a agências de trabalho temporário sem licença e outros vínculos precá-

rios do trabalhador ao Estado. Há mesmo casos de "diversas auxiliares de limpeza que exercem funções há vários anos por mero 'acordo verbal' e pagas à hora, sem que, até hoje, as entidades onde prestam serviço tenham procedido à sua regularização", nota a IGF, que aponta ainda o dedo a vários contratos de avença sem a necessária autorização pelo Governo. ■